

1. INTRODUÇÃO

É da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas da autarquia e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito – al.l) do n.º 2 do art.º 25º e al. i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tais documentos são remetidos a este órgão deliberativo juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas - n.º 1 e 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Independentemente da sua apreciação e votação pelo órgão deliberativo, cabe ao órgão executivo remeter os referidos documentos ao Tribunal de Contas, até ao dia 30 do mesmo mês de abril, para efeitos de verificação das contas em sede de fiscalização sucessiva – n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/06, de 29 de agosto.

Na elaboração dos documentos que ora se apresentam e no tratamento da informação que lhes serviu de base foram respeitadas as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 A/99, de 22 de fevereiro. Na sua organização e documentação foram observadas também as instruções do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de julho, publicada na II Série do D.R. n.º 191, de 18 de agosto de 2001, alterada pela Resolução n.º 26/2013, publicada no mesmo D.R., n.º 226, de 21 de novembro.

De acordo com o previsto no ponto 2 do POCAL, consideram-se como documentos de prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

O processo que ora se apresenta obedece à estrutura definida no POCAL, sendo que a sistematização dos documentos que o integram, nos seus diversos capítulos, segue a ordem estabelecida no índice geral.

Por sua vez, no que ao conteúdo do relatório diz respeito, estabelece o ponto 13 do POCAL que o **Relatório de Gestão**, a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo, deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício e a análise da evolução da gestão nos diferentes setores de atividade, designadamente no que respeita ao investimento;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- c) A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos, de terceiros e a terceiros, nos últimos três anos, individualizando, neste último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

A análise da situação económica e da situação financeira da autarquia, por retratar informações entre si complementares, será efetuada conjuntamente, mais adiante, em capítulo próprio.

Já de seguida, no ponto 2 deste relatório, procede-se à análise da gestão nos diferentes setores de atividade tendo por base, essencialmente, os principais instrumentos de gestão municipal: o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano, estas constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR).

Com efeito, com o presente relatório pretende-se, fundamentalmente, dar nota das principais fontes que financiaram o orçamento municipal e dos fins a que tais recursos foram afetados, atendendo à natureza da despesa, sintetizar a situação económica e financeira do Município e, ainda, demonstrar a evolução da sua dívida a curto, médio e longo prazos.

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL E DAS OPÇÕES DO PLANO

2.1 . EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1.1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa do ano em análise, bem como as modificações que lhe foram introduzidas durante a sua execução, constam deste processo, a folhas 13 a 20 e 92 a 106 respetivamente.

Nos mapas de controlo a folhas 22 a 33 deste mesmo processo encontram-se refletidos os resultados da sua execução.

Resumidamente, atendendo à natureza económica das receitas e das despesas, o nível de execução orçamental em relação ao inicialmente previsto apresenta os seguintes resultados:

RECEITAS				
Natureza	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	12 675 800,00	13 057 091,55	381 291,55	3,01
Capital	4 951 100,00	3 093 264,71	-1 857 835,29	-37,52
Total	17 626 900,00	16 150 356,26	-1 476 543,74	-8,38

Quadro I

DESPESA				
Natureza	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	10 780 900,00	9 853 050,06	-927 849,94	-8,61
Capital	6 846 000,00	7 207 887,31	361 887,31	5,29
Total	17 626 900,00	17 060 937,37	-565 962,63	-3,21

Quadro II

Os quadros que antecedem mostram-nos que a execução orçamental no ano da gerência atingiu mais de 91% ao nível da receita e mais de 96% ao nível da despesa.

Por força da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo DL nº 127/2012, de 21 de junho), estando a realização da despesa condicionada à existência de fundos disponíveis, dificilmente, com as receitas próprias do ano, a execução poderá atingir os 100%.

Na verdade, ao contrário do que era definido pelo regime anterior, em que a realização da despesa dependia apenas da existência de cabimento orçamental, o modelo atual, para além daquele pressuposto, exige também que a autarquia disponha, à data da celebração do contrato ou da ordem de compra, de saldo financeiro disponível para o efeito, ficando o respetivo valor desde logo comprometido independentemente da despesa se encontrar materializada. Significa isto a dizer que a realização de qualquer despesa só pode ser autorizada quando exista saldo de “tesouraria” suficiente para a suportar, a não ser que se verifiquem os pressupostos fixados na lei e se recorra ao aumento temporário dos fundos disponíveis, designadamente com fundamento na existência de verbas a receber, caso em que os respetivos valores podem integrar os fundos disponíveis, mesmo que ainda não tenham sido arrecadados, embora a sua contabilização esteja sempre condicionada à existência de um contrato de financiamento e ao calendário de pagamentos do correspondente compromisso.

O orçamento municipal é um documento de natureza meramente previsional, onde são previstas as receitas a cobrar e as despesas a realizar durante um determinado período de tempo, portanto sujeito a variações estranhas à vontade do órgão executivo.

Como sabemos, a maior parte do financiamento da autarquia advém de fontes externas, sendo que a maior ou menor variação da receita arrecadada face ao valor inicialmente previsto condiciona sempre, na respetiva medida, o nível de execução orçamental e a atividade municipal que a ela está associada. Daí que há, como sempre houve, receitas que não chegam a arrecadar-se e despesas que, conseqüentemente, não podem realizar-se.

Mostra-nos o quadro I, que antecede, que dos €17.626.900,00 inicialmente previstos, o Município arrecadou receita efetiva no valor de €16.150.356,26, o que corresponde, como já se referiu, a uma taxa de 91,62% do previsto.

O quadro II, por sua vez, mostra-nos que a despesa atingiu 96,79% do inicialmente previsto, ou seja, perante igual previsão de €17.626.900,00 realizaram-se despesas no valor de €17.060.937,37, montante que ultrapassou a receita efetivamente arrecadada, com a cobertura do diferencial através do saldo de tesouraria transitado da gerência anterior.

Considerando a natureza deste instrumento de gestão, os condicionalismos apontados e as restrições ditadas pela conjuntura económica, poder-se-á concluir que o orçamento municipal atingiu um grau de execução muito significativo.

2.1.2. DESVIOS ENTRE A PREVISÃO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os elementos dos quadros que se seguem – quadros III e IV –, conjugados com os que constam nos mapas de controlo orçamental a folhas 22 a 33 deste processo, evidenciam os desvios verificados entre as receitas e despesas previstas e as efetivamente realizadas por cada um dos capítulos da classificação económica.

RECEITAS				
Class.económica	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Impostos Diretos	2 391 300,00	2 426 964,15	35 664,15	1,49
02-Impostos indiretos	38 000,00	36 004,74	-1 995,26	-5,25
04-Taxas,multas e outras penalidades	75 900,00	76 495,48	595,48	0,78
05-Rendimentos de propriedade	867 700,00	852 146,33	-15 553,67	-1,79
06-Transferências correntes	7 676 000,00	8 257 276,08	581 276,08	7,57
07-Venda de bens e serv.correntes	1 048 200,00	902 339,11	-145 860,89	-13,92
08-Outras receitas correntes	578 700,00	505 865,66	-72 834,34	-12,59
Soma das receitas correntes	12 675 800,00	13 057 091,55	381 291,55	3,01
09-Venda de bens de investimento	900 900,00	81 270,00	-819 630,00	-90,98
10-Transferências de capital	3 744 400,00	2 901 273,61	-843 126,39	-22,52
11-Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	305 800,00	110 721,10	-195 078,90	-63,79
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das receitas de capital	4 951 100,00	3 093 264,71	-1 857 835,29	-37,52
Total das receitas	17 626 900,00	16 150 356,26	-1 476 543,74	-8,38
Saldo da gerência anterior	0,00			
Total geral	17 626 900,00			

Quadro III

DESPESAS				
Class.económica	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Despesas com pessoal	3 811 400,00	3 402 696,72	-408 703,28	-10,72
02-Aquisição de bens e serviços	5 355 700,00	5 127 325,08	-228 374,92	-4,26
03-Juros e outros encargos	131 300,00	72 266,53	-59 033,47	-44,96
04-Transferências correntes	1 251 100,00	1 158 938,30	-92 161,70	-7,37
06-Outras despesas correntes	231 400,00	91 823,43	-139 576,57	-60,32
Soma das despesas correntes	10 780 900,00	9 853 050,06	-927 849,94	-8,61
07-Aquisição de bens de capital	5 674 900,00	5 758 545,09	83 645,09	1,47
08-Transferências de capital	590 900,00	692 631,36	101 731,36	17,22
09-Ativos financeiros	7 500,00	107 013,00	99 513,00	1 326,84
10-Passivos financeiros	571 700,00	545 040,96	-26 659,04	-4,66
11-Outras despesas de capital	1 000,00	104 656,90	103 656,90	10 365,69
Soma das despesas de capital	6 846 000,00	7 207 887,31	361 887,31	5,29
Total geral	17 626 900,00	17 060 937,37	-565 962,63	-3,21

Quadro IV

No que à receita diz respeito, os principais rendimentos em que a execução orçamental ficou aquém da previsão são os que integram os seguintes capítulos:

- *Venda de bens e serviços correntes* – No domínio das receitas de natureza corrente, este é o capítulo que apresenta a maior variação. Ficou aquém do inicialmente previsto em cerca de €145.000,00, contribuindo para tanto as rubricas que contabilizam os trabalhos realizados por conta de particulares, a recolha e tratamento de resíduos sólidos, as participações dos alunos nos transportes escolares, a utilização das cantinas escolares e a utilização dos complexos desportivos.

- *Venda de bens de investimento* – Apresenta um nível de execução significativamente reduzido, facto que tem a sua origem na não materialização da venda de algum património afeto aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento.

- *Transferências de capital* – Em termos absolutos, este capítulo evidencia o maior desvio face à previsão orçamental, na sua essência consequência da não concretização, no ano da gerência, das transferências esperadas no âmbito do FEDER (menos cerca de €850.000,00), como se pode ver através do mapa de controlo do orçamento que instrui o presente documento. Consigna-se, contudo, que este valor está contratualizado, sendo certo o seu recebimento à medida que os projetos que visam financiar sejam materialmente executados.

- *Passivos financeiros* – Este capítulo da receita apresenta o segundo nível de execução mais reduzido (63%), facto que se deve à não utilização da totalidade dos empréstimos autorizados e contratados no âmbito dos contratos de financiamento – QREN-EQ, da linha BEI, destinado ao financiamento parcial da contrapartida nacional de várias operações previstas para o ano da gerência.

Em contrapartida, verificou-se um aumento da receita arrecadada nos seguintes capítulos:

- *Transferências correntes* – Esta rubrica excedeu o previsto em aproximadamente €581.000,00, dado que a previsão teve como referência os valores do OE de 2014, sendo que o OE de 2015 aumentou o valor respetivo, embora associando-lhe novas competências.
- *Impostos diretos* – A diferença, com cerca de €35.000,00 para mais, ocorreu fundamentalmente na parte angariada pelo Imposto Municipal sobre Imóveis e pelo Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas, embora o Imposto Único de Circulação e a Derrama, também aqui contabilizados, terem contribuído inversamente.

Por sua vez, a realização da despesa quase que atingiu os 100%. Ficou aquém do inicialmente previsto em apenas cerca de 3%.

Este pequeno desvio registou-se fundamentalmente nas despesas com:

- *Pessoal*, no montante de €408.703,28, substancialmente como consequência da redução remuneratória mantida pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, e da passagem à situação de aposentação de alguns dos trabalhadores da autarquia.
- *Aquisição de bens e serviços*, com menos €228.374,92 contabilizados principalmente nas rubricas de suportam a aquisição de combustíveis, os encargos com as instalações, a conservação de bens, as comunicações e outros serviços - diversos.

Em compensação, superaram os valores inicialmente previstos, as despesas realizadas por conta dos seguintes capítulos:

- *Aquisição de Bens de Capital*, no valor de €83.645,09, por efeito do aumento das despesas com aquisição de terrenos e com a construção de sistemas de drenagem de águas residuais.
- *Transferências de capital*, no valor de €101.731,36, pela definição de financiamento previsto nas GOP, através do saldo do ano anterior.
- *Ativos financeiros*, no valor de €99.513,00, fruto da participação do município no FAM, tendo o respetivo valor sido definido através do saldo do ano anterior.

2.1.3. RECEITAS E DESPESAS POR CAPITULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

O peso de cada um dos capítulos das receitas e despesas por classificação económica, em relação ao total arrecadado e realizado, constam, respetivamente, dos quadros V e VI que se seguem:

2.1.3.1. RECEITAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

RECEITAS		
	2015	%
01-Impostos Diretos	2 426 964,15	15,03
02-Impostos indiretos	36 004,74	0,22
04-Taxas, multas e outras pen	76 495,48	0,47
05-Rendimentos de propriedade	852 146,33	5,28
06-Transferências correntes	8 257 276,08	51,13
07-Venda de bens e serv.correntes	902 339,11	5,59
08-Outras receitas correntes	505 865,66	3,13
Soma rec.correntes	13 057 091,55	80,85
09-Venda de bens de investimento	81 270,00	0,50
10-Transferências de capital	2 901 273,61	17,96
11-Ativos financeiros	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	110 721,10	0,69
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00
Soma rec.capital	3 093 264,71	19,15
Total	16 150 356,26	100,00

Quadro V

A receita arrecadada totaliza €16.150.356,26, sendo que €13.057.091,55 correspondem a receitas correntes e €3.093.264,71 a receitas de capital.

O mapa de execução orçamental a folhas 31 a 33 destes documentos de prestação de contas evidencia a sua desagregação pelas diversas rubricas da classificação económica.

No domínio das receitas correntes, as *transferências correntes* são as que assumem o maior peso, correspondendo a cerca de 51% do total da receita e a cerca de 60% da receita corrente. As transferências do Orçamento de Estado, destinadas a financiar a atividade corrente municipal, contribuem com a maior parte do montante contabilizado por aquele capítulo, facto que exprime o grau de dependência financeira do município e a imprevisibilidade das suas receitas. Na verdade, o peso das receitas próprias é reduzido, significando isso dizer que o nível

de execução das ações e projetos que a Câmara Municipal se propõe realizar no início de cada ano económico está sempre dependente do grau de financiamento obtido através de fontes externas.

O capítulo atinente aos *impostos diretos* integra os três impostos municipais e a derrama. No seu conjunto contabiliza apenas 15,03% das receitas, contribuindo cada um deles com:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), 9,23%;
- Imposto Único de Circulação (IUC), 2,58%;
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), 1,98%;
- Derrama, 1,25%.

A *Venda de bens e prestação de serviços correntes* arrecadou 5,59% das receitas. Na sua maioria correspondem a receitas provenientes de taxas e preços cobrados pelos serviços prestados no âmbito do abastecimento de água ao domicílio, da recolha dos resíduos sólidos, da utilização do complexo desportivo municipal, das piscinas de Escariz e do funcionamento das cantinas escolares.

O capítulo das *Outras receitas correntes* registou 3,13% da receita global, fundamentalmente por força das rendas sobre centrais eólicas, da venda de materiais em armazém, para redes de água e saneamento, à Águas do Norte, SA, e das revisões de preços de empreitadas negativas, revertidas a favor do município.

Já os *rendimentos de propriedade* atingiram 5,28% da receita global, consubstanciando essencialmente a renda devida pela concessão da rede elétrica ao distribuidor público e os juros de depósitos em instituições bancárias.

Por seu turno, no domínio das receitas de capital, o orçamento municipal foi financiado, na sua maior parte, pelo capítulo das *Transferências de Capital*, cujo valor corresponde a 17,96% do total das receitas e a 93,79% das receitas da

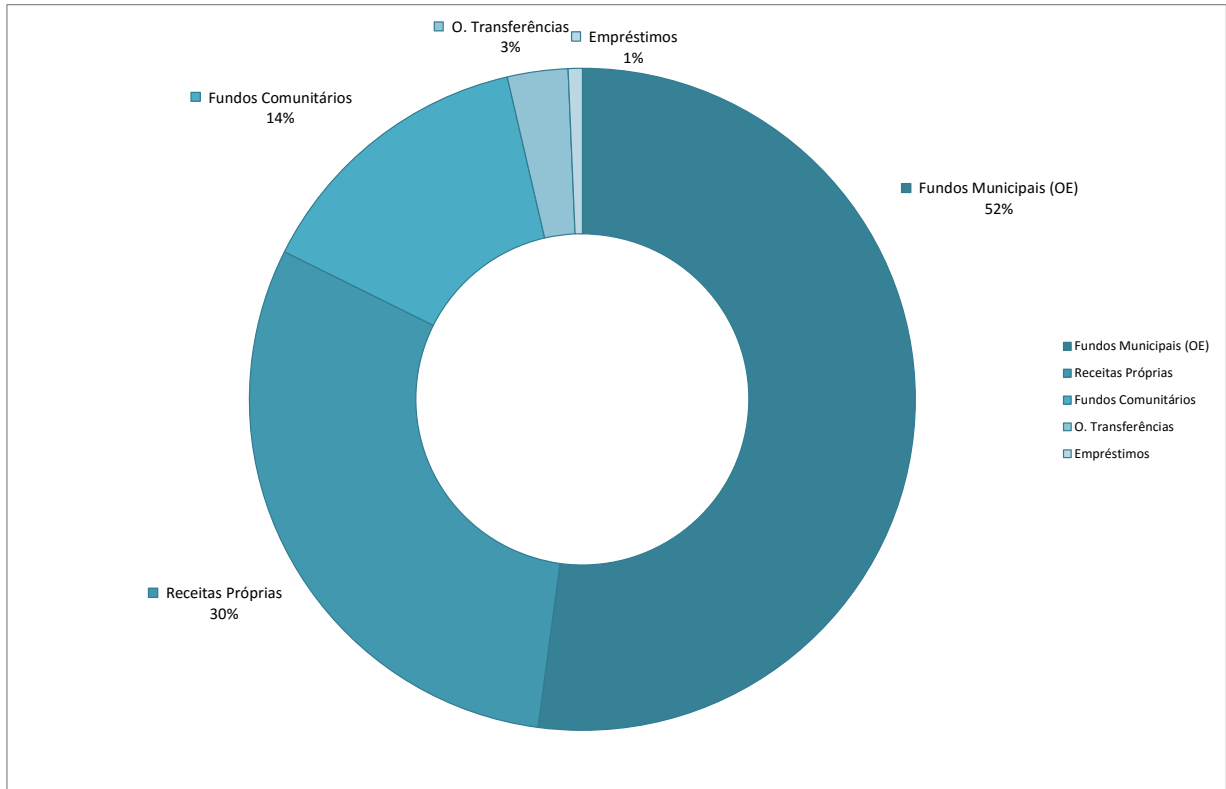
mesma natureza, facto que confirma o que por todos é reconhecido, e atrás foi dito, designadamente o grau de subordinação financeira a que a autarquia está sujeita e a exiguidade das receitas próprias para fazer face às suas necessidades.

No domínio das transferências de capital, as transferências dos Fundos Municipais provenientes do Orçamento de Estado contribuíram apenas com €739.623,00, sendo que os restantes €2.161.650,61 resultaram de participações contratualizadas e atribuídas no âmbito de programas comunitários.

O capítulo da *Venda de bens de investimento*, por sua vez, arrecadou apenas 0,50% do total das receitas.

Por último, o capítulo dos *Passivos financeiros*, que regista os empréstimos contraídos para financiamento do Plano, contribuiu também com um pouco mais de 0,60% da totalidade da receita arrecadada.

O gráfico seguinte dá-nos a perspetiva global da origem dos recursos que financiam o orçamento.



2.1.3.2. DESPESAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

DESPESAS		
	2015	%
01-Pessoal	3 402 696,72	19,94
02-Aquisição de bens e serviços correntes	5 127 325,08	30,05
03-Encargos correntes da dívida	72 266,53	0,42
04-Transferências correntes	1 158 938,30	6,79
06-Outras despesas correntes	91 823,43	0,54
Soma despesas correntes	9 853 050,06	57,75
07-Aquisição de bens de capital	5 758 545,09	33,75
08-Transferências de capital	692 631,36	4,06
09-Ativos financeiros	107 013,00	0,63
10-Passivos financeiros	545 040,96	3,19
11-Outras despesas de capital	104 656,90	0,61
Soma despesas capital	7 207 887,31	42,25
Total	17 060 937,37	100,00

Quadro VI

No ano da gerência, do total das despesas realizadas €9.853.050,06 correspondem a despesas correntes e €7.207.887,31 a despesas de capital, sendo que a sua desagregação por rubrica da classificação económica consta do mapa de execução orçamental, a folhas 26 a 30 deste relatório.

A rubrica das despesas com o *personal* absorve €3.402.696,72, valor que equivale a 19,94% do montante global da despesa e que, de acordo com o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, continua a representar um dos índices mais baixos das autarquias do país.

As despesas com *Aquisição de bens e serviços correntes*, no montante de €5.127.325,08, assumem, por sua vez, a maior fatia das despesas correntes, traduzindo cerca de 30% da despesa total.

Neste capítulo a *aquisição de bens* contribuiu com €1.144.981,01, essencialmente através das despesas com a aquisição de bens de consumo, onde se incluem, entre outros, os combustíveis e lubrificantes (€172.938,33), os produtos de higiene e limpeza (€27.064,00), refeições confeccionadas para as cantinas escolares (€177.000,99), o vestuário e artigos pessoais (€59.645,03), o material de escritório (€20.385,02), as peças para reparação de veículos, máquinas e equipamentos (€29.245,67), os bens para oferecer (€88.597,02), incluindo os bens concedidos no âmbito do Regulamento de Concessão de Prestações de Natureza Social, de concursos, da representação municipal e de ações de carácter socioeducativo, a água adquirida para venda ao domicílio (€227.412,51), durante o primeiro trimestre de 2015, e outros bens, designadamente todo o material para conservação das vias municipais, redes de água e esgotos, jardins e edificações e infraestruturas públicas (€292.177,37).

A *aquisição de serviços* onerou o orçamento com o montante de €3.982.344,07, valor que é repartido pelas rubricas identificadas no mapa de execução orçamental que instrui este processo.

As despesas que mais contribuíram para aquele gasto estão relacionadas com os seguintes serviços:

- Encargos das instalações, onde se incluem as despesas com a aquisição de gás e energia elétrica consumida nos diversos edifícios e equipamentos municipais, no valor de €373.644,15;
- Serviços de limpeza e higiene, que contabilizam os encargos decorrentes de prestações de serviços no âmbito da limpeza de diversos edifícios, instalações e equipamentos municipais, no valor de €67.723,95;
- A prestação de serviços no âmbito da conservação de bens, designadamente vias de comunicação, edifícios municipais, redes de água e de esgotos, maquinaria e material de transporte e outros equipamentos, no valor de €291.982,65;
- A locação de edifícios, no valor de €16.200,00, que inclui a despesa com as rendas de edifícios utilizados pela autarquia;
- Locação de outros bens no montante de €163.422,67, correspondendo €56.120,70 a despesas com o aluguer de equipamentos instalados em escolas e parques desportivos e €107.301,97 a despesas com a locação de outros bens utilizados em eventos de índole sociocultural e económico levados a cabo pela autarquia;
- As comunicações, onde se incluem as despesas com a comunicação via postal, com os telefones fixos e móveis, com as ligações à Internet e com a distribuição postal da faturação de água ao domicílio durante o primeiro trimestre, no montante de €80.992,11;
- Os transportes, no valor de €755.492,61, absorvido na sua quase totalidade pelos transportes escolares;
- Os seguros de bens móveis e imóveis, no montante de €39.099,61;

- Os estudos, pareceres, projetos e consultadoria, no valor de €71.562,06;
- A publicidade, designadamente com publicações obrigatórias, no montante de €39.466,36;
- Vigilância e segurança, na importância de €22.964,95;
- Assistência técnica, na importância de €35.901,86;
- Os trabalhos especializados, onde se contabilizam, entre outros, os serviços de análises laboratoriais da água, serviços de desinfestação e manutenção de software, no montante de €62.310,82;
- Os encargos de cobrança pagos aos serviços centrais do Estado pela cobrança de impostos municipais e os custos de cobrança de tarifas de água e saneamento, no primeiro trimestre, a outras entidades, no valor de €69.812,72;
- Outros serviços, no montante de €1.868.350,54, rubrica de carácter residual, onde se incluem, designadamente, aquisição de energia elétrica à EDP para iluminação pública, os serviços prestados pelos monitores afetos à atividade desenvolvida no complexo desportivo de Arouca e nas piscinas de Escariz, os serviços de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, o tratamento de esgotos, a promoção de atividades culturais e a aquisição de serviços no âmbito da Feira das Colheitas.

Os *encargos correntes da dívida*, ficaram-se pelos €72.266,53, consubstanciando os juros da dívida pública €71.176,96, valor cujo peso na despesa total do município é de apenas 0,42%.

As *transferências correntes* orçam em cerca de €1.158.938,30, representando 6,79% do total das despesas e 11,76% do total das despesas da sua natureza. A maior parte destas transferências foi realizada a favor de associações de pais, para financiamento da componente de apoio à família e do serviço de refeições aos alunos do 1.º CEB (€171.911,22), de associações de carácter social (€107.000,00), cultural (€61.050,00) e desportivo (€98.349,99), da Associação Geoparque de

Arouca (€140.000,00), da Área Metropolitana do Porto (€42.334,00), da Associação de Municípios Terras de Santa Maria (€88.990,84), da Associação Florestal Entre Douro e Vouga (€41.276,44), de pessoas individuais a título de concessão de bolsas de estudo (€17.400,00), de famílias em situação de carência extrema (€13.269,97), e de contratos de emprego e inserção – CEI (€156.337,68).

O capítulo das *outras despesas correntes*, no valor de €91.823,43, para além das restituições de impostos e taxas, contabiliza também todas as despesas correntes que não tenham enquadramento em qualquer outra classificação económica.

As despesas de capital, por seu turno, atingiram, como já se referiu, o montante de €7.207.887,31.

Neste domínio, o capítulo de *Aquisição de bens de capital* foi o que contabilizou a maior parte, €5.758.545,09, contribuindo com 79,89% para o total das despesas de capital e com 33,75% para o valor global da despesa.

Este valor financiou investimento em diversas áreas, nomeadamente os levados a cabo com:

- Terrenos, no valor de €96.556,02;
- Habitações, no valor de €229.519,47;
- Edifícios escolares, no valor de €1.070.114,72;
- Outros edifícios, no valor de €154.256,15;
- Viadutos, arruamentos e obras complementares, no valor de €870.560,38;
- Sistemas de drenagem de águas residuais, no valor de €110.148,01;
- Sistemas de captação e distribuição de água, no montante de €23.946,16;
- Viação rural, no valor de €794.125,37;
- Outras construções, no montante de €1.859.719,77;
- Material de transporte, no valor de €24.552,74;
- Equipamento informático, no valor de €66.607,69;

- Software informático, no valor de €144.493,31;
- Equipamento administrativo, no valor de €13.503,41;
- Equipamento básico, no valor de €143.152,85;
- Outros investimentos, no valor de €39.506,37.

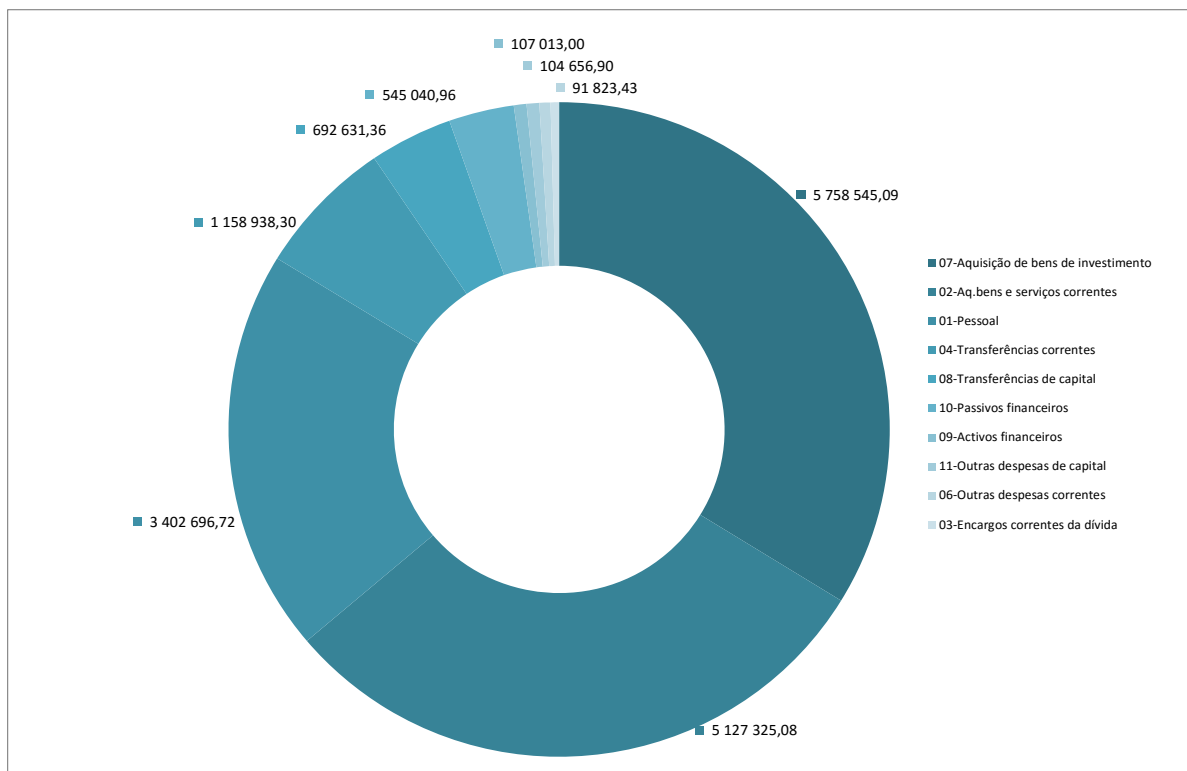
As *transferências de capital* oneraram €692.631,36, ou seja, 4,06% do total do orçamento executado e 9,61% do total das despesas da mesma natureza. Todas estas despesas foram efetuadas a título de comparticipação em investimentos levados a cabo pelas juntas de freguesia (€588.012,22) e por instituições sem fins lucrativos, essencialmente no domínio da ação social (€102.905,10).

Os *Ativos financeiros* que as contas registam, no valor de €107.013,00, correspondem à participação anual que cabe ao município no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O capítulo de *Passivos financeiros*, regista um montante de €545.040,96, todo ele afeto à amortização de empréstimos obtidos a médio e longo prazos, em respeito pelo calendário contratualmente estabelecido.

O gráfico seguinte dá-nos a perspetiva geral do peso de cada uma das despesas por capítulo da classificação económica.

DESPESA



2.1.4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

A evolução das receitas e das despesas no ano da gerência em relação às do ano anterior, por capítulos da classificação económica, é-nos dada pelos quadros VII e VIII.

RECEITAS

Classificação económica	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Impostos Diretos	2 380 411,11	14,74	2 426 964,15	15,03	46 553,04	1,96
02-Impostos indiretos	39 710,68	0,25	36 004,74	0,22	-3 705,94	-9,33
04-Taxas,multas e outras pen	94 454,03	0,58	76 495,48	0,47	-17 958,55	-19,01
05-Rendimentos de propriedade	931 335,54	5,77	852 146,33	5,28	-79 189,21	-8,50
06-Transferências correntes	7 912 534,27	48,99	8 257 276,08	51,13	344 741,81	4,36
07-Venda de bens e prest.serv.correntes	1 388 532,68	8,60	902 339,11	5,59	-486 193,57	-35,01
08-Outras receitas correntes	441 963,10	2,74	505 865,66	3,13	63 902,56	14,46
Soma rec.correntes	13 188 941,41	81,66	13 057 091,55	80,85	-131 849,86	-1,00
09-Venda de bens de investimento	519 204,47	3,21	81 270,00	0,50	-437 934,47	-84,35
10-Transferências de capital	1 751 376,77	10,84	2 901 273,61	17,96	1 149 896,84	65,66
11-Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	115 761,67	0,72	110 721,10	0,69	-5 040,57	-4,35
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma rec.capital	2 386 342,91	14,78	3 093 264,71	19,15	706 921,80	29,62
Total	15 575 284,32	96,44	16 150 356,26	100,00	575 071,94	3,69

Quadro VII

Mostra-nos o quadro acima que, no ano da gerência, a receita arrecadada foi superior à do ano anterior em 3,69%, percentagem que equivale a um aumento de €575.071,94, facto que ocorreu essencialmente no domínio das participações financeiras comunitárias.

Em termos absolutos, de todos os capítulos que registam variações destacam-se:

Impostos diretos, com mais €46.553,04, em resultado do aumento da receita cobrada no âmbito do imposto municipal sobre imóveis, do imposto único de circulação e da derrama, embora parte dele compensado com a diminuição da receita proveniente do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

Rendimento de propriedade, com menos €79.189,21, por efeito da diminuição da receita proveniente de juros de depósitos.

Transferências correntes, com um acréscimo de €344.741,81, devido fundamentalmente ao aumento da quota-parte do Fundo de Equilíbrio Financeiro destinado ao financiamento da atividade corrente.

Venda de bens e prestação de serviços correntes, com um decréscimo de €486,193,57, registado principalmente nas rubricas de venda de água, taxa de resíduos sólidos e tarifa de disponibilidade do sistema de abastecimento de água ao domicílio, tudo por força da integração do sistema de abastecimento de água e de águas residuais nas Águas do Norte, SA.

Outras receitas correntes, com uma receita inferior à do ano anterior em €63.902,56, sendo que a rubrica das rendas sobre as centrais eólicas é a que regista a maior variação.

Venda de bens de investimento, com uma diminuição de €437.934,47 registada na venda de terrenos e na venda de outros bens de investimento.

Transferências de capital, que apresentam uma variação positiva de €1.149.896,84, facto que se verificou na sua quase totalidade nas participações no âmbito da participação comunitária, através do FEDER.

Os demais capítulos não registam variações dignas de registo.

DESPESA

Classificação económica	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Pessoal	3 584 395,92	23,44	3 402 696,72	19,94	-181 699,20	-5,07
02-Aquisição de bens e serviços	5 282 064,32	34,55	5 127 325,08	30,05	-154 739,24	-2,93
04-Transferências correntes	1 220 992,26	7,99	1 158 938,30	6,79	-62 053,96	-5,08
03-Juros e outros encargos	83 987,47	0,55	72 266,53	0,42	-11 720,94	-13,96
06-Outras despesas correntes	166 164,89	1,09	91 823,43	0,54	-74 341,46	-44,74
Soma despesas correntes	10 337 604,86	67,61	9 853 050,06	57,75	-484 554,80	-4,69
07-Aquisição de bens de capital	3 323 163,92	21,74	5 758 545,09	33,75	2 435 381,17	73,29
08-Transferências de capital	737 283,76	4,82	692 631,36	4,06	-44 652,40	-6,06
09-Ativos financeiros	162 759,50	1,06	107 013,00	0,63	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	728 343,11	4,76	545 040,96	3,19	-183 302,15	-25,17
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	104 656,90	0,61	104 656,90	0,00
Soma despesas capital	4 951 550,29	32,39	7 207 887,31	42,25	2 312 083,52	46,69
Total	15 289 155,15	100	17 060 937,37	100	1 827 528,72	11,95

Quadro VIII

Seguindo a tendência da receita, o valor global da despesa sofreu também um aumento de €1.827.528,72 face ao ano anterior, o equivalente a 11,95%, tudo como se pode verificar através do quadro acima.

Contudo, as despesas correntes, só por si, contabilizam um decréscimo de 4,69%, facto evidenciado em todos os seus capítulos.

As despesas com o *pessoal* apresentam uma diminuição de €181.699,20. A passagem de vários trabalhadores à situação de aposentado (5 trabalhadores em 2015 e 16 no decurso de 2014, com reflexos nos custos durante todo o ano de 2015) foi o facto que para isso mais contribuiu.

Em termos globais, a aquisição de bens e serviços apresenta uma diminuição de €154.739,24. As variações para menos ocorreram no domínio da aquisição de bens, essencialmente na rubrica da compra de água para abastecimento ao domicílio, sendo que as variações para mais verificaram-se no âmbito da aquisição de

serviços, fundamentalmente no que respeita à recolha e transporte de resíduos urbanos e à aquisição de energia para a iluminação pública.

Já as despesas de capital tiveram um acréscimo de €2.312.083,52, ou seja, de 46,69%. Contribuiu para esta diferença a rubrica da aquisição de bens de capital na importância de €2.435.381,17 refletida na sua grande maioria nas rubricas de habitações (€222.000,00), escolas (€700.000,00), viadutos arruamentos e obras complementares (€325.000,00) viação rural (€410.000,00), outras construções (€966.000,00), onde se inclui uma parte significativa dos trabalhos de construção dos passadiços do Paiva e software informático (€130.000,00).

Os *passivos financeiros* registaram uma diminuição de €183.302,15, tendo o município cumprido pontualmente as amortizações a que estava obrigado.

Todos os demais capítulos apresentam, em termos absolutos, variações pouco relevantes.

2.1.5. RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS DA MESMA NATUREZA

Estabelece o ponto 3.1.1. do POCAL que na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais devem ser salvaguardados os princípios aí estabelecidos, destacando-se, de entre eles, o *princípio do equilíbrio* orçamental, segundo o qual “*O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes*”, sendo que o seu conteúdo foi restringido pelo novo Regime de Financiamento das Autarquias Locais (RFALEI), aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Prevê o artigo 40º, nº 1, deste diploma que “*Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas*”. Porém, acrescenta o seu nº 2 que “*a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos*”.

Significa isto dizer que a receita deve ser igual ou superior ao total da despesa e que a receita corrente bruta, agora, para além de cobrir todas as despesas da mesma natureza tem de ser suficiente também para suportar as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos do ano, calculadas tendo por referência o valor do capital e o número de anos contratualizados.

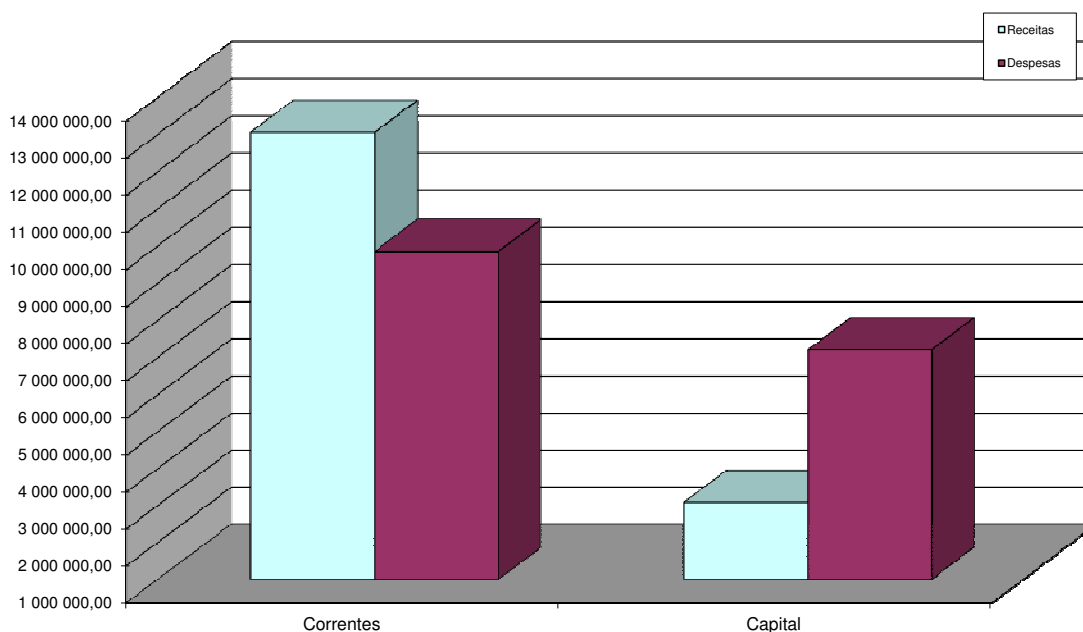
Com efeito, as receitas de capital não podem financiar as despesas correntes - que visam, por regra, dar satisfação à atividade normal dos serviços -, nem as amortizações de empréstimos.

A relação entre a receita corrente bruta e a despesa da mesma natureza e a relação entre as receitas e despesas de capital é-nos dada pelo quadro IX que se segue:

NATUREZA	RECEITAS	DESPESAS	DIFERENÇA	
			VALOR	%
Correntes	13 057 091,55	9 853 050,06	3 204 041,49	24,54
Capital	3 093 264,71	7 207 887,31	-4 114 622,60	-133,02
Total	16 150 356,26	17 060 937,37	-910 581,11	-5,64

Quadro IX

O gráfico que se segue dá-nos também a perspetiva global dessa relação.



No ano da gerência, a receita corrente bruta arrecadada excedeu o montante da despesa da mesma natureza em €3.204.041,49.

De posse de todos estes elementos, poder-se-á concluir que o Município de Arouca, para além de ter respeitado o conteúdo do citado princípio, trave mestra para uma boa gestão económico-financeira, conseguiu afetar uma parte considerável das suas receitas correntes a despesas de capital, principalmente a despesas com investimentos, poupança essa que equivale a 24,54% do montante global das receitas brutas correntes.

Reconhecemos que parte dessa poupança resulta da alteração das taxas de repartição do fundo de equilíbrio financeiro entre as receitas correntes e de capital. De qualquer modo, considerando que as receitas correntes têm agora de dar cobertura às amortizações de empréstimos, e tendo presente também todas as

competências e responsabilidades que nos últimos anos têm vindo a ser atribuídas às autarquias no domínio da gestão corrente, cada vez em maior número e com maior abrangência, temos que concluir que se trata de uma margem significativa, que não está ao alcance de todas as autarquias, sendo certo que essa economia foi afeta à materialização de despesas de capital.,

2.2 . EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No ponto que ora se inicia analisar-se-á a execução das Grandes Opções do Plano (GOP) no ano da gerência.

O mapa de execução que instrui este processo a folhas 34 a 39 explicita pormenorizadamente a atividade levada a cabo pela autarquia no âmbito dos diversos projetos e ações de investimento previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O nível de execução global das Grandes Opções do Plano (GOP), que integra, como já se disse, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades mais Relevantes (AMR), é evidenciado por objetivos, sob o aspeto financeiro e material, nos dois quadros que se seguem.

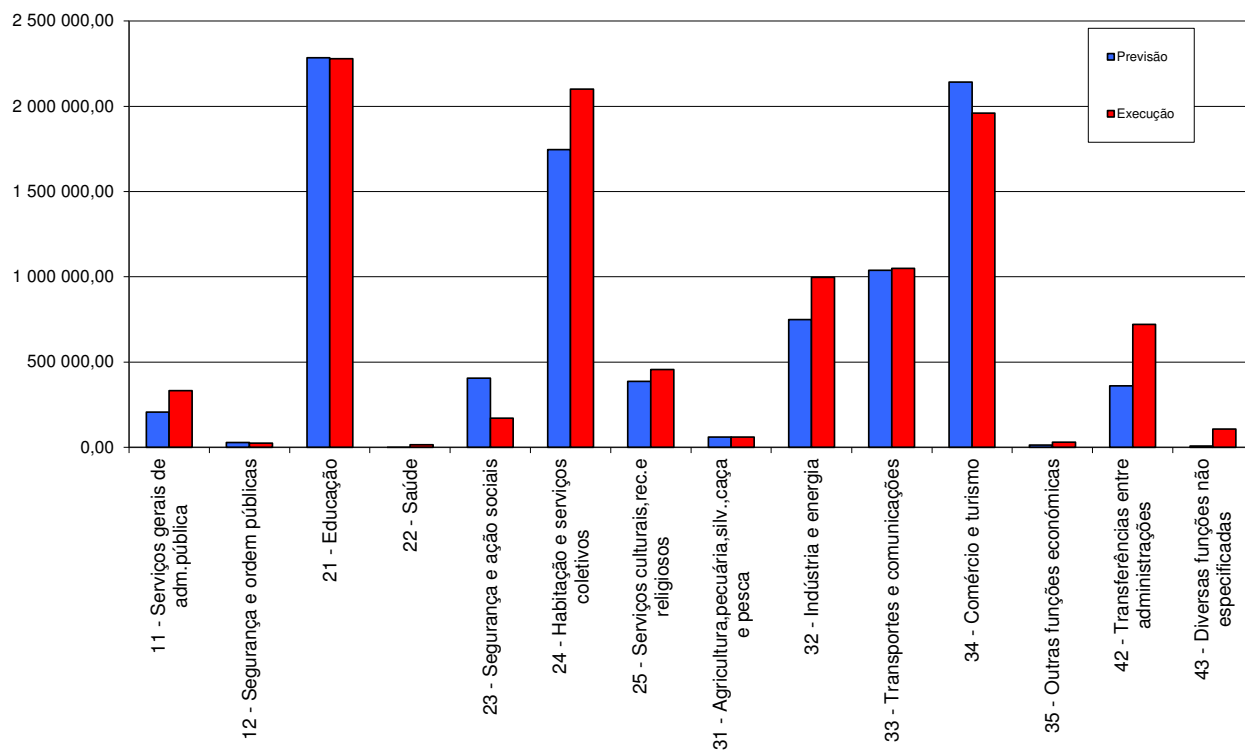
O quadro X reproduz a execução das GOP, sob o aspeto financeiro, em relação aos projetos ou ações cujos encargos foram assumidos, liquidados e efetivamente pagos no ano da gerência, ficando de fora, portando, a parte dos projetos ou ações já executadas materialmente, mas que não produziu efeitos financeiros até ao termo da gerência.

Em termos materiais, o quadro XI representa a fatia comprometida deste instrumento de gestão em termos de execução material e/ou de compromissos assumidos no período da gerência relativamente a ações ou projetos já contratualizados, com vista à sua concretização, independentemente dos respectivos reflexos financeiros.

Execução financeira das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	371 100,00	207 200,00	330 814,66	123 614,66	159,66
12 - Segurança e ordem públicas	25 400,00	27 000,00	25 300,00	-1 700,00	93,70
21 - Educação	2 611 400,00	2 285 500,00	2 279 518,66	-5 981,34	99,74
22 - Saúde	15 100,00	100,00	15 000,00	14 900,00	15 000,00
23 - Segurança e ação sociais	406 300,00	406 000,00	170 783,96	-235 216,04	42,07
24 - Habitação e serviços coletivos	2 369 300,00	1 744 900,00	2 101 183,95	356 283,95	120,42
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	547 700,00	385 900,00	455 438,22	69 538,22	118,02
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	60 900,00	60 000,00	60 518,12	518,12	100,86
32 - Indústria e energia	1 025 400,00	749 000,00	996 065,24	247 065,24	132,99
33 - Transportes e comunicações	1 086 200,00	1 037 000,00	1 049 628,62	12 628,62	101,22
34 - Comércio e turismo	2 096 900,00	2 141 900,00	1 960 267,74	-181 632,26	91,52
35 - Outras funções económicas	31 600,00	12 800,00	30 248,69	17 448,69	236,32
42 - Transferências entre administrações	765 300,00	360 000,00	721 051,10	361 051,10	200,29
43 - Diversas funções não especificadas	107 100,00	7 100,00	107 013,00	99 913,00	1 507,23
TOTAL	11 519 700,00	9 424 400,00	10 302 831,96	878 431,96	109,32

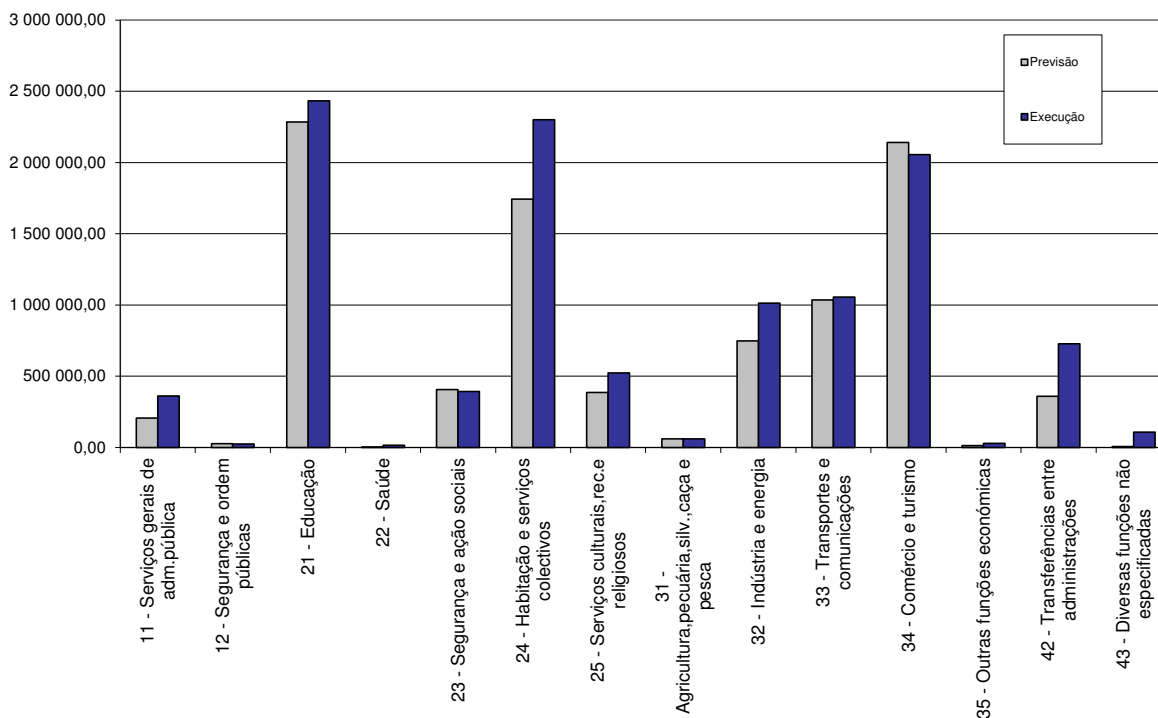
Quadro X



Execução material das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	371 100,00	207 200,00	361 285,37	154 085,37	174,37
12 - Segurança e ordem públicas	25 400,00	27 000,00	25 300,00	-1 700,00	93,70
21 - Educação	2 611 400,00	2 285 500,00	2 433 602,66	148 102,66	106,48
22 - Saúde	15 100,00	100,00	15 000,00	14 900,00	15 000,00
23 - Segurança e ação sociais	406 300,00	406 000,00	391 792,69	-14 207,31	96,50
24 - Habitação e serviços colectivos	2 369 300,00	1 744 900,00	2 300 448,46	555 548,46	131,84
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	547 700,00	385 900,00	522 838,44	136 938,44	135,49
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	60 900,00	60 000,00	60 518,12	518,12	100,86
32 - Indústria e energia	1 025 400,00	749 000,00	1 012 214,21	263 214,21	135,14
33 - Transportes e comunicações	1 086 200,00	1 037 000,00	1 056 035,86	19 035,86	101,84
34 - Comércio e turismo	2 096 900,00	2 141 900,00	2 056 191,93	-85 708,07	96,00
35 - Outras funções económicas	31 600,00	12 800,00	30 248,69	17 448,69	236,32
42 - Transferências entre administrações	765 300,00	360 000,00	728 292,99	368 292,99	202,30
43 - Diversas funções não especificadas		7 100,00	107 013,00	99 913,00	1 507,23
TOTAL	11 412 600,00	9 424 400,00	11 100 782,42	1 676 382,42	117,79

Quadro XI



Evidenciam-nos os quadros e gráficos que antecedem que a autarquia, no âmbito da realização das Grandes Opções do Plano, superou o nível de execução máximo

a que inicialmente se propôs, atingindo mais de 109% em termos de execução financeira e cerca de 118% em termos de execução material.

Esta taxa resulta, na sua essência, do reforço efetuado às dotações de vários projetos e ações previstos nas GOP, no valor global de €2.095.300,00, tendo como contrapartida a contratualização de financiamento comunitário e o saldo em dinheiro que transitou do ano anterior.

Por outro lado, da conjugação do quadro IV com o quadro X deste relatório, verifica-se também que a execução financeira das Grandes Opções do Plano absorveu cerca de 60,39% do valor global da despesa, indiciando bem o grau de prioridade que o executivo deu aos investimentos e às atividades mais relevantes no seio de toda a atividade municipal.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A avaliação da situação económica e financeira do município foi feita através da análise geral do balanço, da demonstração de resultados e dos respetivos anexos, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

Como já foi referido nas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, no ano da gerência procedeu-se à transferência de bens contabilizados na conta das *imobilizações em curso*, para as respetivas contas de *imobilizações corpóreas*, e conseqüentemente à sua inventariação. Contudo, não foi ainda possível concluir o processo de inventariação e avaliação dos bens do domínio público e de alguns imóveis do domínio privado, facto que condiciona uma avaliação efetiva da situação económico-financeira do município.

3.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

Custos e Perdas

Custos e Perdas	Ano de 2015		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2014		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2013		% s/ Proveitos Operacionais
	Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total	
61 CMVMC	353 217,72	2,66	2,64	722 167,76	5,56	5,37	1 087 063,81	9,16	7,78
62 Fornecimentos e Serviços Externos	4 974 577,65	37,45	37,12	5 095 275,52	39,25	37,89	4 492 353,46	37,85	32,16
63 Tranf.Subs Correntes Conc.Prest.Sociais	1 020 541,84	7,68	7,61	982 181,44	7,57	7,30	850 875,01	7,17	6,09
64 Custos com Pessoal	3 529 894,26	26,57	26,34	3 818 415,37	29,41	28,39	3 542 202,26	29,84	25,36
65 Outros Custos e Perdas Operacionais	20 929,36	0,16	0,16	38 086,02	0,29	0,28	34 989,66	0,29	0,25
66 Amortizações do Exercício	2 453 015,65	18,47	18,30	1 348 071,39	10,38	10,02	556 274,40	4,69	3,98
67 Provisões do Exercício	7 520,12	0,06	0,06	5 039,61	0,04	0,04	5 219,61	0,04	0,04
68 Custos e Perdas Financeiras	72 294,90	0,54	0,54	84 053,90	0,65	0,62	92 249,50	0,78	0,66
69 Custos e Perdas Extraordinárias	851 629,98	6,41	6,35	889 155,46	6,85	6,61	1 207 644,60	10,17	8,65
Custos Operacionais (61 a 67)	12 359 696,60	93,04	92,22	12 009 237,11	92,50	89,29	10 568 978,21	89,05	75,66
Total	13 283 621,48	100,00	99,12	12 982 446,47	100,00	96,53	11 868 872,31	100,00	84,97

Quadro XII

Os custos e perdas do exercício totalizaram €13.283.621,48, registando-se um aumento de aproximadamente 2,3% face ao ano de 2014. Analisando as diversas rubricas verifica-se que o aumento ocorreu, principalmente, nas amortizações do exercício. Por outro lado, regista-se uma diminuição dos custos com o pessoal, com os fornecimentos de serviços externos e com CMVMC (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas).

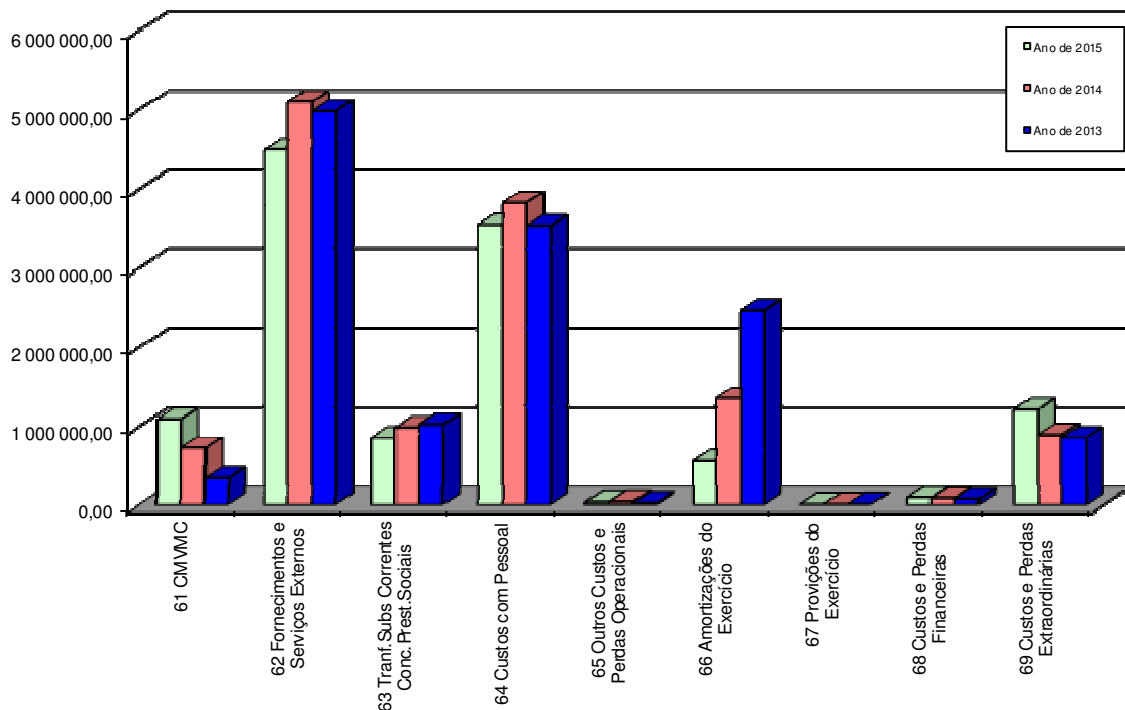
Os custos dos fornecimentos e serviços externos, os custos com o pessoal, as amortizações do exercício, as transferências e subsídios correntes e prestações sociais, e os custos e perdas extraordinárias, são os que assumem o maior peso no seio dos custos registados no exercício.

Os custos dos fornecimentos e serviços externos ocupam a primeira posição neste domínio, por contabilizar a maior parte da despesa com a aquisição de bens e serviços para desenvolvimento da atividade municipal, designadamente, no âmbito da manutenção e conservação de todas as infraestruturas e equipamentos municipais, da aquisição de energia elétrica para abastecimento de edifícios, instalações e iluminação pública, do desenvolvimento das atividades educativas, culturais e turísticas, entre outras.

Apesar da diminuição registada nos custos e perdas extraordinárias em 2015, face a 2014, esta rubrica assume um peso significativo no total dos custos, devido fundamentalmente às transferências efetuadas para as freguesias e para associações de direito privado, sem fins lucrativos, a título de participação em obras de carácter social.

Os custos operacionais do exercício de 2015 correspondem a 92,22% dos proveitos operacionais, tendo-se verificado um aumento de aproximadamente 2,9% face a 2014.

O gráfico que segue dá-nos uma perspetiva global do peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos custos.



Proveitos e Ganhos

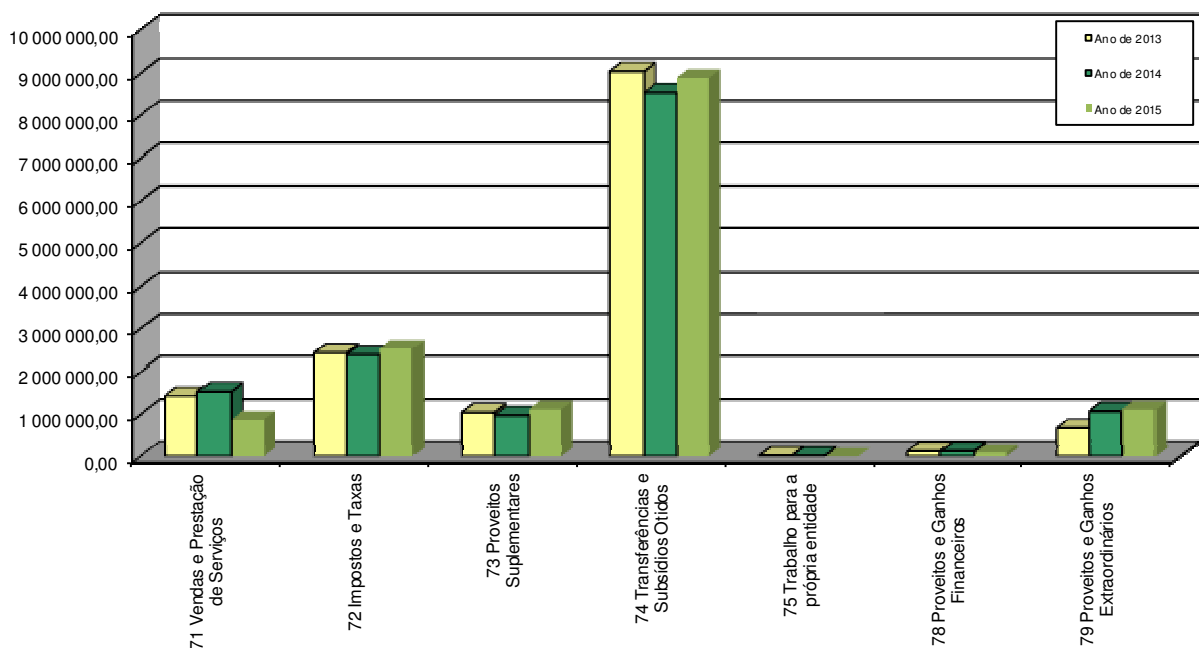
Proveitos e Ganhos	Ano de 2015		Ano de 2014		Ano de 2013	
	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total
71 Vendas e Prestação de Serviços	876 713,08	6,005	1 545 179,32	10,549	1 436 712,50	9,730
72 Impostos e Taxas	2 521 148,95	17,268	2 380 472,63	16,252	2 424 250,93	16,418
73 Proveitos Suplementares	1 113 462,31	7,626	979 028,41	6,684	1 047 668,01	7,095
74 Transferências e Subsídios Obtidos	8 890 393,41	60,893	8 532 599,06	58,253	9 041 278,74	61,230
75 Trabalhos para a própria entidade	413,34	0,003	11 673,92	0,080	18 505,17	0,125
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	87 835,46	0,602	126 491,39	0,864	124 005,41	0,840
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 110 147,91	7,604	1 072 097,74	7,319	673 751,60	4,563
Proveitos Operacionais(71 a 75)	13 402 131,09	91,795	13 448 953,34	91,817	13 968 415,35	94,597
Total	14 600 114,46	100,000	14 647 542,47	100,000	14 766 172,36	100,000

Quadro XIII

Os proveitos e ganhos do exercício totalizaram €14.600.114,46, com um decréscimo de aproximadamente 0,9% face a 2014. Analisando o quadro acima conclui-se existir um decréscimo acentuado na rubrica 71 – vendas e prestação de serviços, por força da integração dos serviços de água e de saneamento em sistema multimunicipal. Por seu turno registou-se um aumento dos Impostos e taxas e das transferências e subsídios obtidos.

À semelhança dos exercícios anteriores, as rubricas que mais contribuíram para o total dos proveitos e ganhos do exercício de 2015 foram: as transferências e subsídios obtidos, com 60,89%, e as receitas provenientes de impostos e taxas, com 17,27%.

O gráfico que segue mostra-nos, em relação ao ano em análise e aos anos imediatamente anteriores, o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos proveitos.



Resultados

Resultados	Exercício 2015	% s/ proveitos	Exercício 2014	% s/ proveitos	Exercício 2013	%s/ Proveitos
Resultados Operacionais	1 042 434,49	7,78%	1 439 716,23	10,71%	3 399 437,14	24,34%
Resultados Financeiros	15 540,56	0,12%	42 437,49	0,32%	31 755,91	0,23%
Resultados Correntes	1 054 975,05	7,87%	1 482 153,72	11,02%	3 431 193,05	24,56%
Resultados Extraordinários	258 517,93	1,93%	182 942,28	1,36%	-533 893,00	-3,82%
Resultados Líquidos do Exercício	1 316 492,98	9,82%	1 665 096,00	12,38%	2 897 300,05	20,74%

Quadro XIV

O Município de Arouca apurou, no ano da gerência, um resultado líquido do exercício no valor de €1.316.492,98 o qual corresponde a 9,82% do total dos proveitos operacionais.

A diminuição registada nos resultados operacionais tem por base fundamentalmente o aumento dos custos operacionais, nomeadamente nas amortizações do exercício.

Consequentemente, o decréscimo verificado em termos de resultados operacionais influenciou negativamente os resultados líquidos do exercício, que registaram uma diminuição de aproximadamente 21% face ao exercício do ano imediatamente anterior.

3.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIAL

Balço Sintético	2015		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido						
Imobilizado	75 287 270,31	94,62%	71 847 084,89	93,20%	70 274 613,27	92,91%
Bens do Domínio Público	37 073 907,41	46,59%	38 808 749,85	50,34%	12 669 339,58	16,75%
Imobilizado Incorpóreas	126 750,58	0,16%	31 097,33	0,04%	44 856,78	0,06%
Imobilizado Corpóreas	36 859 011,42	46,32%	32 528 728,21	42,20%	57 244 666,91	75,68%
Investimentos Financeiros	1 227 600,90	1,54%	478 509,50	0,62%	315 750,00	0,42%
Circulante	3 839 295,04	4,82%	4 865 482,63	6,31%	4 636 369,40	6,13%
Existências	126 332,48	0,16%	209 153,44	0,27%	204 457,55	0,27%
Dívidas de terceiros- Curto prazo	53 822,51	0,07%	144 551,43	0,19%	191 953,98	0,25%
Depósitos em instituições de crédito e Caixa	3 659 140,05	4,60%	4 511 777,76	5,85%	4 239 957,87	5,61%
Acréscimos e deferimentos	444 554,47	0,56%	374 677,74	0,49%	730 182,01	0,97%
Total Activo Líquido	79 571 119,82	100,00%	77 087 245,26	100,00%	75 641 164,68	100,00%
Fundos Próprio e Passivo						
Fundos próprio	42 936 902,24	53,96%	41 759 175,69	54,17%	40 296 409,96	53,27%
Passivo	36 634 217,58	46,04%	35 328 069,57	45,83%	35 344 754,72	46,73%
Dívidas a terceiros- Médio e longo prazo	2 927 198,06	3,68%	3 361 517,92	4,36%	3 974 044,18	5,25%
Dívidas a terceiros- Curto prazo	1 482 235,81	1,86%	657 122,29	0,85%	678 628,61	0,90%
Acréscimos e deferimentos	32 224 783,71	40,50%	31 309 429,36	40,62%	30 692 081,93	40,58%
Total Próprio e Passivo	79 571 119,82	100,00%	77 087 245,26	100,00%	75 641 164,68	100,00%

Quadro XV

No balanço final de 2015 o ativo líquido totaliza €79.571.119,82 correspondendo o *Imobilizado líquido* à parcela com maior peso, aproximadamente 95% do ativo total. No ativo circulante destacam-se os *depósitos em instituições de crédito e caixa* com uma percentagem de 4,60%.

Relativamente ao passivo, as dívidas de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em relação ao exercício anterior, de aproximadamente 15%, enquanto

que as dívidas de curto prazo registaram um aumento face a 2014, facto que teve a sua origem no registo da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) a liquidar em 7 prestações anuais. A sua evolução é devidamente explicada no ponto 4 deste relatório.

O aumento nos fundos próprios é fruto da transferência do resultado líquido do exercício de 2014 para as contas 571 – *Reservas Legais* e 51 – *Património*, tal como o referido no ponto 2.7.3 do POCAL, bem como do registo do resultado líquido do ano da gerência na conta 88 – *Resultado Líquido do Exercício*.

Apresentação dos Indicadores de Gestão

<i>Rácios</i>	<i>Equação</i>	2015	2014	2013
Liquidez Geral	<i>Circulante</i>	2,59	7,40	6,83
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Reduzida	<i>(Circ.-Existenc.)</i>	2,50	7,09	6,53
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades</i>	2,47	6,87	6,25
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Solvabilidade	<i>Fundos Próprios</i>	9,74	10,39	8,66
	<i>Cap. Alheio</i>			
Rácio de Endividamento (%)	<i>Passivo</i>	46,04%	45,83%	46,73%
	<i>Activo</i>			
Capacidade de Endividamento (%)	<i>Fundos Próprios</i>	93,62%	92,55%	91,02%
	<i>Cap. Permanent.</i>			
Autonomia Financeira (%)	<i>Fundos Próprios</i>	53,96%	54,17%	53,27%
	<i>Activo</i>			
Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<i>R.L.</i>	3,07%	3,99%	7,19%
	<i>Fundos Próprios</i>			
Fundo de Maneio Líquido	<i>Cap. Circulante- Exig. Curto Prazo</i>	2 357 059,23	4 208 360,34	3 957 740,79

Quadro XVI

Os indicadores de liquidez traduzem uma menor capacidade da autarquia em solver os compromissos de curto prazo. Tal situação deve-se, principalmente, à diminuição do capital circulante, nomeadamente na rubrica de depósitos em instituições

financeiras, mas também ao aumento das dívidas a terceiros de curto prazo, onde foi contabilizada a comparticipação ao Fundo de Apoio Municipal.

Quanto ao rácio de solvabilidade registou também uma diminuição, embora pouco significativa, mantendo a autarquia a capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo, isto porque, tal como nos anos anteriores, os capitais próprios cobrem totalmente o capital alheio.

Já a capacidade de endividamento melhorou face a 2014, apresentando-se bastante favorável, sendo que os capitais permanentes financiam em aproximadamente 93% os fundos próprios.

A rentabilidade dos fundos próprios registou um decréscimo ligeiro, consequência da diminuição dos resultados líquidos.

Considerando todos estes elementos, e não obstante o ativo não traduzir ainda, como já se disse, a totalidade do imobilizado que constitui o seu património, poder-se-á concluir, mesmo assim, sem qualquer carga subjetiva, que a autarquia goza de uma boa situação económica e financeira.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurado no ano de 2015 foi de € 1.316.492,89.

Com efeito, no cumprimento do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o seu montante seja afeto, em parte, através da conta *59-Resultados às seguintes contas:*

a) Reservas Legais..... €65.824,64

b) Reforço Património €0,00 ⁽¹⁾

(1) Atingiu o valor obrigatório previsto no ponto 2.7.3.4 do POCAL

4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE E A TERCEIROS

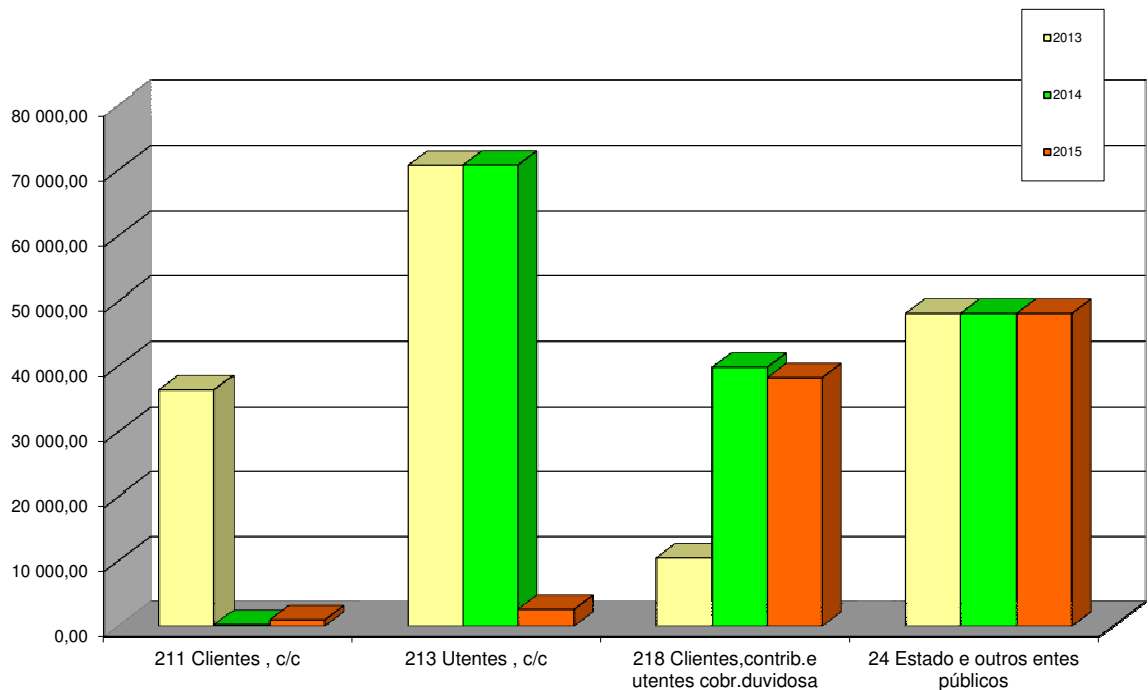
4.1 . DE TERCEIROS

As dívidas de terceiros ascendem, em 31 de dezembro de 2015, a €90.024,16, valor que consubstancia uma diminuição em relação ao ano anterior, conforme se pode constatar no quadro que abaixo se apresenta.

Designação	2013	2014	2015
1 Médio e Longo Prazos			
2 Curto prazo			
211 Clientes , c/c	36 352,88	219,00	982,16
213 Utentes , c/c	70 763,49	70 813,23	2 634,98
218 Clientes,contrib.e utentes cobr.duvidosa	34 505,41	39 866,49	38 220,02
24 Estado e outros entes públicos	31 032,90	17 994,52	0,00
262+263+267+268 Outros devedores	48 187,00	48 187,00	48 187,00
Total	220 841,68	177 080,24	90 024,16

Quadro XVII

O gráfico que se segue dá-nos uma visão global da evolução temporal das dívidas de terceiros ao Município.



4.2 . A TERCEIROS

Quanto à dívida a terceiros, mostra-nos o quadro seguinte que o montante contabilizado, tendo por referência 31 de dezembro do ano da gerência, orça em €4.409.433,87, valor que representa um aumento de €390.793,66 em relação ao ano anterior, ou seja 9,72%, embora esse aumento resulte do registo da contribuição do Município no capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM), imposta pela Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, a pagar em prestações anuais.

Ora, se ao valor contabilizado como dívida, deduzirmos o capital ainda não realizado junto do FAM, no montante de 642.078,40, temos que a dívida a terceiros

é de apenas de 3.767.355,47, valor inferior ao do ano precedente em cerca de 251.284,74 (6,25%).

Designação	2013	2014	2015
1 Médio e Longo Prazos	3 974 044,18	3 361 517,92	2 927 198,06
1.1 Instituições de crédito (empréstimos)	3 974 044,18	3 361 517,92	2 927 198,06
2 Curto prazo	167 925,01	197 999,95	331 720,38
2.1 Instituições de crédito	0,00	0,00	0,00
2.2 Fornecedores c/c	0,00	13 381,97	0,00
2.3 Fornecedores-faturas em recepção/conferência	15 783,47	54 676,28	225 724,84
2.4 Fornecedores de imobilizado c/c	151 582,51	129 941,70	105 995,54
2.5 Fornecedores de imobilizado faturas rec/conf.	559,03	0,00	0,00
2.6 Fornecedores de imobilizado - cont.leasing	0,00	0,00	0,00
2.7 Fornecedores de imobilizado - outros contratos	0,00	0,00	0,00
Sub-total	4 141 969,19	3 559 517,87	3 258 918,44
2.8 Estado e outros entes públicos	50 251,15	48 614,19	49 493,40
2.9 Outros credores *	460 452,45	410 508,15	1 101 022,03
Total	4 652 672,79	4 018 640,21	4 409 433,87

* 2.9 Inclui as garantias prestadas em dinheiro relativas ao reforço de caução de empreitadas e o capital por realizar do FAM

Quadro XVIII

O montante das dívidas de *empréstimos a médio e longo prazo* foi amortizado, ao longo da gerência, em €545.040,96. Contudo, o município arrecadou a importância de €110.721,10 de empréstimos contratados em anos anteriores, pelo que o saldo do capital em dívida abatido é de €434.319,86, correspondendo a cerca de 13%.

No que respeita à conta *Fornecedores c/c* o Município transitou sem qualquer dívida.

A conta *Fornecedores – faturas em receção/conferência* expressa um saldo devedor de €225.724,84, valor que integra as faturas ou documentos equivalentes datados do ano da gerência e rececionados nos serviços nesse mesmo ano, mas não lançados na conta *Fornecedores c/c*, nem contabilizados em termos orçamentais, por se encontrarem em circulação pelos serviços para efeitos de confirmação da correspondente prestação. Este saldo é significativamente superior ao do ano precedente pelo facto da fatura correspondente à iluminação pública do último trimestre do ano da gerência ter sido apresentada neste mesmo ano, e, como tal, considerada, ao contrário do que ocorreu nos anos anteriores cuja apresentação foi feita no ano seguinte.

A conta de *Fornecedores de imobilizado c/c* apresenta uma dívida de €105.995,54, o que equivale a uma redução de €23.946,16 face ao registo anterior.

A conta *Fornecedores de imobilizado - faturas em receção/conferência*, regista os documentos de despesa em situação idêntica à referida na conta *Fornecedores – faturas em receção/conferência* relativamente a empreitadas e outro imobilizado, tendo o ano da gerência transitado sem qualquer dívida.

No que à conta *Estado e outros entes públicos* diz respeito, a dívida expressa os valores recebidos pela Câmara Municipal provenientes de impostos, taxas e outros rendimentos consignados a diversas entidades públicas, contabilizados por operações de tesouraria e que, por consubstanciarem fundos colocados à “guarda” da autarquia, não influem na dívida decorrente da execução orçamental.

Por último, a conta *Outros Credores*, referida no ponto 2.9 do quadro acima, para além dos valores das cauções prestadas em dinheiro a favor do Município como garantia contratual, contabiliza também outros valores consignados a diversas entidades privadas, bem como a dívida a outros credores não integrados nas contas dos fornecedores ou das instituições de crédito. O aumento que esta conta regista,

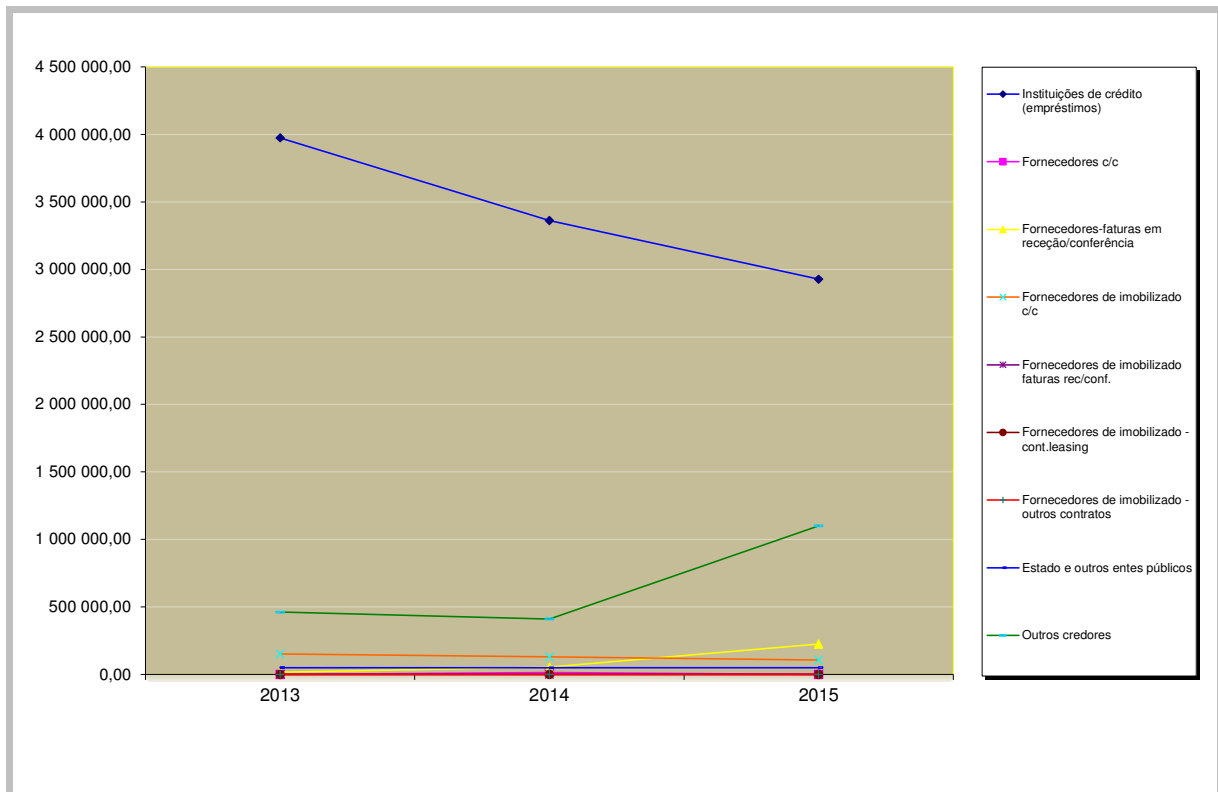
respeita na sua quase totalidade, ao capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM) ainda por realizar, capital esse que não releva para o limite do endividamento, nos termos previsto no número 8 do artigo 98º do Orçamento de Estado para 2015.

Portanto, a dívida a terceiros, a curto, médio e longo prazos, toda ela, é de apenas €4.409.433,87. Importa referir, aliás, que esta autarquia, para além de não ter pagamentos em atraso, integra o *ranking* daquelas cujo prazo médio de pagamento é o mais reduzido.

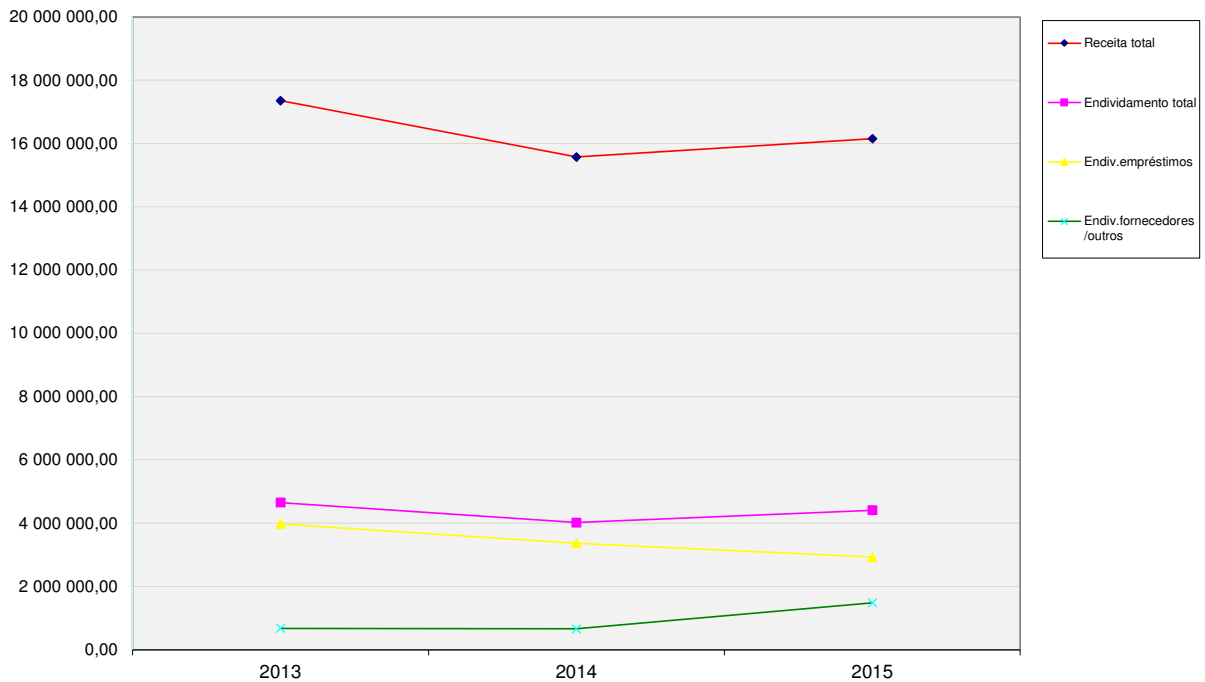
Ademais, se ao montante global da dívida a terceiros se subtrair o valor do saldo das operações de tesouraria, no montante de €507.391,66, designadamente das receitas do Estado e de outros entes públicos, das cauções prestadas em dinheiro e das receitas consignadas a outras entidades, assim como a comparticipação para o FAM, no valor de €642.078,40, o montante da dívida proveniente da execução orçamental, incluindo a dívida a médio e longo prazos, orça em apenas €3.259.963,81, valor que regista o nível de endividamento mais baixo dos últimos 14 anos e que representa um dos mais baixos no seio de toda a comunidade autárquica. Por outro lado, é de realçar que o valor do saldo em dinheiro transitado (€3.151.748,39) quase cobre toda a dívida de curto, médio e longo prazos do Município.

Com efeito, é bem patente que o executivo tem modelado a gestão da dívida por princípios de rigor, assente num rígido e sistemático controlo da despesa face aos recursos disponíveis. Aliás, como evidencia o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (2014), editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, in <http://www.otoc.pt/>, o Município de Arouca integra a lista dos municípios com melhor índice de dívida total e com menor prazo médio de pagamento (5 dias), assim como o ranking global dos melhores municípios de média dimensão do País em termos de eficiência financeira.

A evolução da dívida a terceiros por grupo dos respetivos credores pode ser constatada no gráfico que se segue.



Por seu turno, o gráfico que se segue dá-nos uma perspetiva geral da evolução do endividamento em relação ao total da receita arrecadada pelo Município nos últimos três anos.



4.3. MAPA RELATIVO AO PLANO DE LIQUIDAÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO E ACORDOS DE PAGAMENTO.

Não são juntos o mapa e os acordos de pagamento a que se refere o nº 3 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, pelo facto da autarquia não dispor de pagamentos em atraso, tal como se encontram definidos na alínea e) do artigo 3º da citada LCPA.

5. DECLARAÇÃO: COMPROMISSOS PLURIANUAIS / PAGAMENTOS EM ATRASO

A declaração a que alude o artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, integra o presente documento a folhas 222 a 241.

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Os documentos de prestação de contas são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos nos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, documentos que serão juntos ao processo logo que emitidos pela sociedade de revisores oficiais de contas Vitor Luis Santos – SROC, Unipessoal L.da, com sede em Vila Nova de Ourém, nomeada pela Assembleia Municipal em sessão realizada em 27 de junho de 2014.

6. CONCLUSÃO

Da análise deste relatório extrai-se as seguintes conclusões:

- 1. Que a execução orçamental no ano de 2015 atingiu cerca de 91% ao nível da receita e de 97% ao nível da despesa.**
- 2. Que as transferências do OE provenientes dos Fundos Municipais e a participação do Município nos impostos diretos, assim como o financiamento ao abrigo de programas comunitários foram, como sempre, as receitas que mais contribuíram para a execução orçamental;**
- 3. Que, no ano da gerência, para além de se ter cumprido o princípio do *equilíbrio orçamental*, foi possível economizar-se uma parte significativa das receitas correntes, no montante correspondente a €3.204.041,49, mais de 24% do seu valor global, todo ele afeto à cobertura de despesas de capital;**
- 4. Que a execução global das Grandes Opções do Plano no ano da gerência superou o inicialmente previsto, atingindo a taxa de mais de 109% em termos financeiros e a taxa de cerca de 118% ao nível da execução material.**
- 5. Que, pese embora o ativo não traduzir ainda a totalidade do imobilizado que constitui o seu património, poder-se-á concluir, sem qualquer carga subjetiva, que a autarquia goza de uma boa situação económica e financeira.**
- 6. Que a autarquia não tem pagamentos em atraso, integra o grupo daquelas que apresentam o melhor índice de dívida total e o menor prazo médio de**

pagamento, ocupando, aliás, o ranking dos melhores municípios em termos de eficiência financeira.

7. Que no ano da gerência a dívida a terceiros reduziu, não considerando a contribuição para o FAM a liquidar em anos futuros, representando o saldo transitado no termo do período em análise o nível de endividamento mais baixo dos últimos 14 anos.

Arouca, 13 de abril de 2016.

O Presidente da Câmara,

(José Artur Tavares Neves)